

IGREJA CATÓLICA ROMANA EM CURITIBA (PR): ESTRUTURAS DA TERRITORIALIDADE SOB O PLURALISMO RELIGIOSO

Roman Catholic Church in Curitiba (PR): structures of territoriality under the religious pluralism

Sylvio Fausto GIL FILHO *

RESUMO

Nas transformações do catolicismo brasileiro, o foco regional se relaciona com a análise da escala local e global como dimensões extremamente articuladas. Esta articulação caracteriza a Igreja local de Curitiba (PR) com uma territorialidade de duas instâncias, influenciadas por tensões escalares de caráter global próprias da hierarquia universal da Igreja e tensões regionais específicas da Igreja local. Além destas forças de caráter endógeno da estrutura eclesial, verificam-se também tensões exógenas à própria Igreja, representadas por instituições não-católicas e mesmo instituições seculares. O último quarto do século XX demonstrou uma crise da representação dominante da Igreja Católica Romana no Brasil. A conjuntura secular das cidades e a retração no espírito missionário da Igreja motivaram o diagnóstico de uma certa estagnação do domínio simbólico da Igreja. Com efeito, o pluralismo religioso dos grandes centros urbanos cunhou uma nova realidade, baseada em um crescente questionamento do *mito* do Brasil católico. O crescimento de movimentos religiosos pentecostais e neopentecostais representou nas décadas de 1980 e 1990 um impacto considerável na forma de a religiosidade popular fazer uma segunda identidade religiosa.

Palavras-chave:

Territorialidade católica, Igreja Católica em Curitiba.

ABSTRACT

In the transformation process of Brazilian Catholicism, the regional focus links with the analysis of the local and global scale as extremely articulated dimensions. This articulation characterizes the local Church of Curitiba (PR) with a territoriality of two instances, influenced by *scale* tensions of global character peculiar to the head of the universal hierarchy of the Church and regional tensions specific of the local Church. Beyond these forces of endogenous character of the ecclesiastical structure, we also verified exogenous tensions of the Church itself, represented by non-catholic institutions and even secular institutions. The last quarter of the 20th century demonstrates a crisis of the dominant representation of the Roman Catholic Church in Brazil. The secular conjuncture of the cities and the retraction of the missionary spirit of the Church motivated the diagnosis of a certain stagnation of the symbolic domain of the Church. Moreover, the religious pluralism of the great urban centers coined a new reality, based on the growing questionableness of the *myth* of Catholic Brazil. The growth of pentecostal and neopentecostal religious movements represented in the decades of 1980 and 1990 a considerable impact on the way by which popular religiosity makes a second definition of the religious identity.

Key words:

Catholic territoriality, Catholic Church in Curitiba.

* Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Paraná, Mestre em Geografia UNESP, Doutor em História UFPR - E-mail: faustogil@ufpr.br

INTRODUÇÃO

As relações hierárquicas da Igreja permitem inferir que o entendimento local e regional só se torna compreensível na articulação com a escala mundo. No caso do Brasil, a Igreja Católica representa um caráter hegemônico. Neste sentido, a hegemonia católica traduz-se por uma dinâmica de poder reconhecida também por aquelas instituições que não fazem parte da estrutura de poder católica. Também se deve considerar que as políticas adotadas pela instituição hegemônica têm influência nos grupos e instituições religiosas dentro e fora de seu domínio direto, assim como muitas dessas ações podem ser assimiladas, no âmbito cultural, por grupos e instituições que vivem sob determinada área de influência da instituição hegemônica.

O conceito de hegemonia, no contexto institucional da religião, refere-se puramente a uma supremacia cultural e regional *diacronicamente* delimitada. De modo algum avança ao caráter da verdade religiosa ou mesmo teológica. Muito embora o discurso católico exale este pressuposto, não há como admiti-lo no âmbito das ciências humanas. O caráter hegemônico do discurso católico é a base de sua construção institucional e de seu espaço de representação, e sob esta ótica é verificado. (GIL FILHO, 2001)

No âmbito regional e propriamente urbano as relações de poder que circulam na instituição Igreja Católica moldam as características da territorialidade católica e a *quadra* dos poderes temporal, simbólico, mítico e religioso.

Sendo assim, a Igreja local sofre as tensões desta rede de poderes que em determinado contexto histórico lhe confere territorialidades específicas.

O catolicismo se faz plural na diversidade de territorialidades que enseja, pois as formas como as Igrejas locais respondem e representam o discurso católico oficial são diversas. Esta diversidade está relacionada à inculturação do discurso oficial em uma sociedade *cosmorreligiosa* presente nas grandes cidades. A identidade católica é uma leitura histórica institucionalmente articulada do cristianismo. O que pode-se inferir do ser católico implica numa relação vital com uma gama de referências simbólicas que constituem a sua própria representação. Assim, ao afirmar esta identidade, o católico assume a *corporeidade* da religião, o rito, a disciplina litúrgica, a diretriz moral e o dogma. Todavia, assumir esta *corporeidade* implica na construção de uma representação social específica da religião. A intensa fragmentação da *praxis* religiosa individual implica também na fortaleza da identidade institucional unificadora (GIL FILHO, 2001). Tem-se, por assim dizer, uma representação do catolicismo

institucional oficial, e outra do catolicismo popular, expresso em diversas formas fragmentárias de religiosidade. Há uma articulação dialética entre estas duas formas que induz uma cultura católica historicamente estruturada.

Neste contexto, parte-se da idéia da existência de uma *catolicidade* cultural hegemônica, que como tal revela-se mais aparente em realidades urbanas.

TERRITORIALIDADE CATÓLICA EM FACE AO PLURALISMO RELIGIOSO

O Paraná revela uma proporção decrescente de católicos a partir da década de 1950, sendo que esta mobilidade populacional de relação de pertença religiosa vai na direção das igrejas evangélicas, principalmente as de tendência pentecostal e neopentecostal, a partir da década 1980. Cabe referendar a opção pela discussão da proporcionalidade das diferentes denominações religiosas, visto que os números absolutos não expressam com nitidez o avanço evangélico, visto que o crescimento vegetativo do número de católicos batizados é relativamente auto-sustentável. A questão é a conversão e a conseqüente mudança na identidade religiosa (gráfico 1).

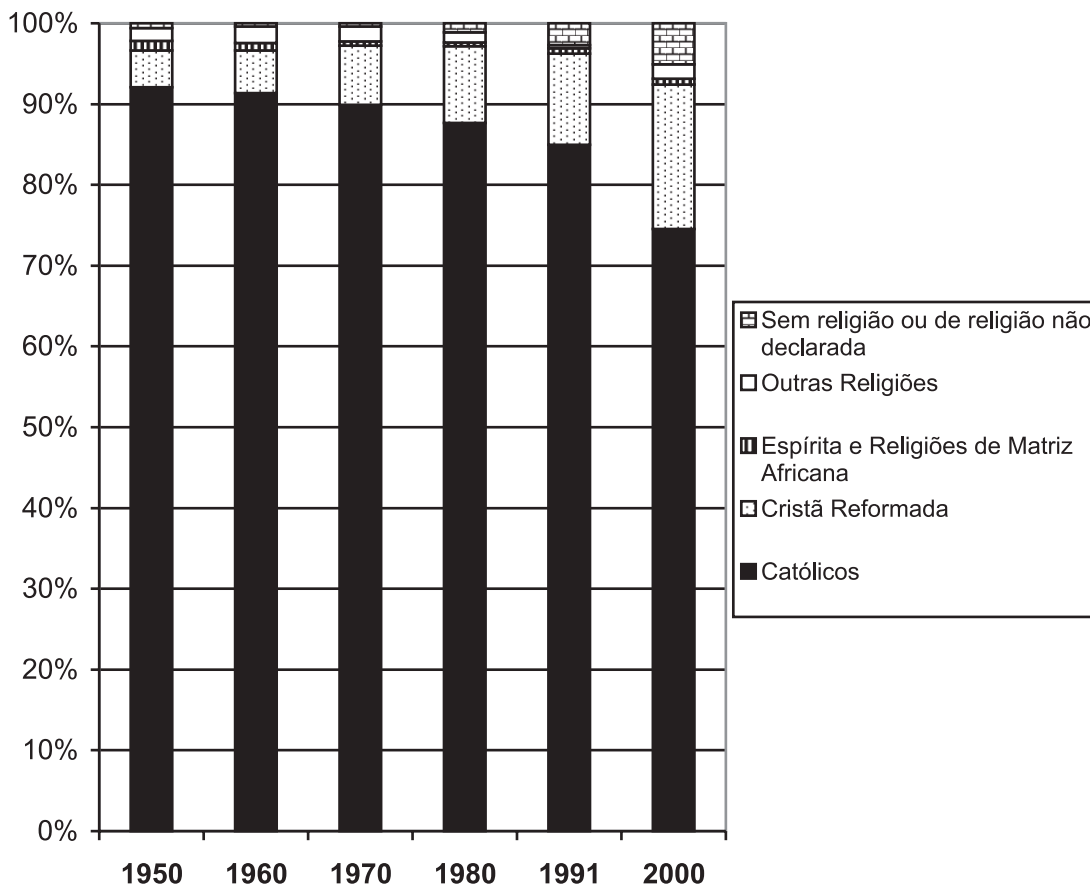
Estas denominações religiosas, com base em ORO (1996), representam uma série de Igrejas cristãs autônomas, parte do movimento pentecostal que originou-se nos Estados Unidos em 1906 e é trasladado para o Brasil em 1910 sob forma da Congregação Cristã do Brasil, e em 1911 com a Assembléia de Deus. Na década de 1940, surgiu também a Igreja do Evangelho Quadrangular. Estas denominações religiosas pentecostais clássicas apresentavam, até a década de 1950, um avanço discreto, porém contínuo.

Configura-se uma territorialidade pentecostal clássica no Brasil em especial nas regiões metropolitanas, que de forma flexível e intensiva encontra pouco a pouco colagem com o mundo mágico-religioso brasileiro.

Cabe ressaltar que: “a apreensão do território como categoria privilegiada de análise da religião encerra a possibilidade de uma conexão pertinente entre as estruturas dos sistemas simbólicos e as estruturas do sistema territorial, o território é o objeto (restrição do espaço), o sistema territorial a lógica desse conjunto estrutural e a territorialidade o atributo de determinado fato social onde o poder é imanente.” (GIL FILHO, 1999 p. 116).

Define-se territorialidade do sagrado como sendo a percepção das limitações imperativas do controle e gestão de determinados espaços sagrados por parte de uma instituição religiosa.

GRÁFICO 1 - PROPORÇÃO DA PERTENÇA RELIGIOSA NO PARANÁ (1950-2000)



FONTE: IBGE 1950-2000

Entre as décadas de 1960 e 1980, o movimento pentecostal ganhou raízes brasileiras, representando um avanço significativo desta tendência religiosa que começa a pressionar a territorialidade católica hegemônica. A exemplo da Igreja Universal do Reino de Deus e da Igreja Deus é Amor, configura-se um pentecostalismo diferenciado do tradicional de base norte-americana, de maior êxito proselitista, chamado de Neopentecostalismo.

A equação simples adotada pelo pentecostalismo, baseada na resposta mágica aos problemas materiais do cotidiano, no apelo emocional, na *demonização* do insucesso econômico e pessoal, no resgate ao exorcismo, na demonstração do poder religioso e uso intenso dos meios de comunicação em massa, expressa uma nova dinâmica das relações de poder religioso no Brasil.

O impacto regional do embate entre uma territorialidade católica conservadora e hierárquica com uma temporalidade de longa duração e uma territorialidade pentecostal fragmentada, flexível, e com

uma temporalidade de curta duração se expressa na organização espacial.

Curitiba é uma metrópole regional e destaca-se pela sua diversidade de influência migrante, e apresenta peculiaridades na estruturação do espaço sagrado. Ao se caminhar pelas ruas centrais próximas ao Largo da Ordem e Praça Tiradentes, ou quando se observam a Catedral e as Igrejas Reitoriais Católicas, a Igreja Presbiteriana, a Mesquita Islâmica e a Sinagoga Judaica, tem-se a imagem da realidade religiosa plural. As instituições religiosas tradicionais construíram seus templos buscando a centralidade e a aspiração vertical. Segundo TUAN (1980, p. 194-195): "A simbolização cósmica da cidade estava menos no plano do que na elevação progressiva e isolamento da parte mais sagrada: o conjunto do templo." Os símbolos arquitetônicos de transcendência na China, por exemplo, tendiam à localização central, que simbolizava altura. A própria estrutura do templo utiliza-se frequentemente de torres,

domos e obeliscos, que são símbolos verticais de transcendência.

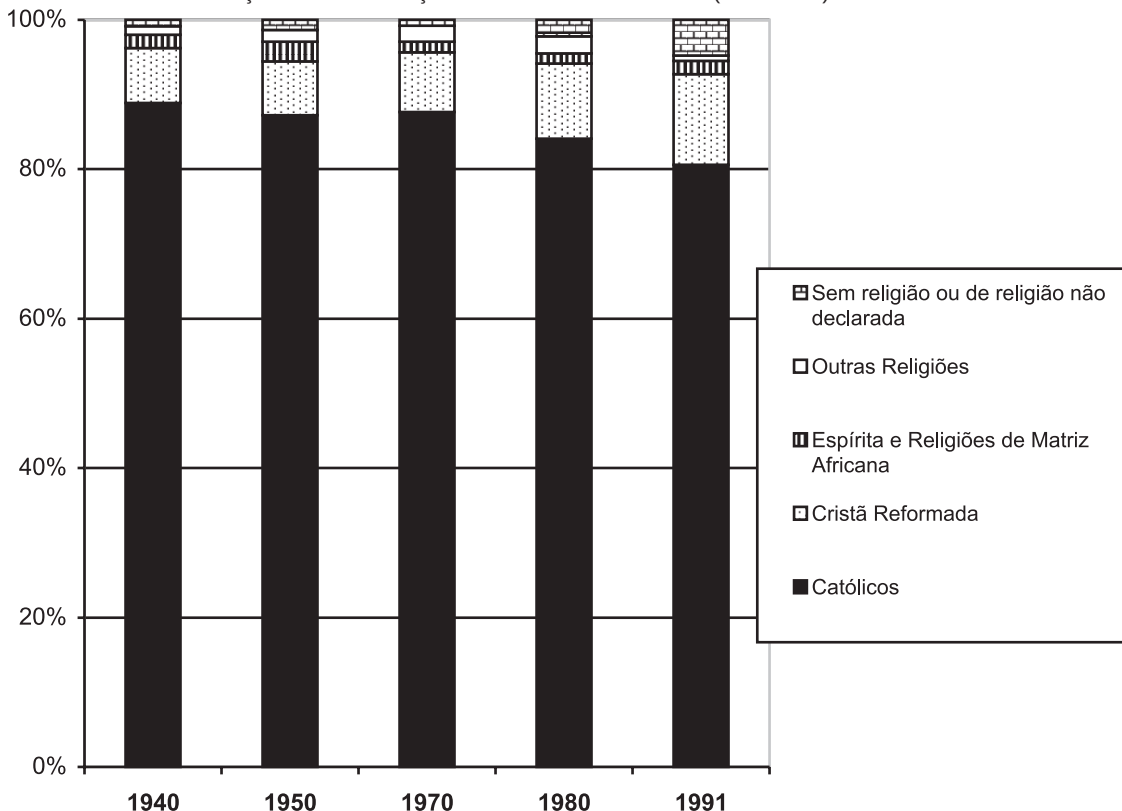
Estes símbolos correspondem, no dizer de ELIADE (1995), à realidade diferenciada do sagrado como oposição ao profano. O homem percebe o sagrado, pois ele é um ato de manifestação. O autor indica o termo *hierofania*,¹ que corresponde à própria revelação de algo sagrado. O termo possui um quadro de referência abrangente, pois tanto indica a sacralização de todo e qualquer objeto como também a manifestação do Transcendente pessoal. O sagrado impõe a assertiva da manifestação de uma ordem diferente, uma lógica que não pertence a este mundo. Esta diferença contextualizada constitui o dilema pelo qual percebe-se o sagrado.

A configuração de diferentes territorialidades do sagrado imbricadas em um mesmo espaço geográfico compõe uma gama de tensões exógenas sobre a territorialidade católica local.

A metrópole regional Curitiba, instituída a partir da década de 1970 pela regulamentação de sua região metropolitana, passa a apresentar um crescimento populacional intenso. Segundo o IBGE (1980), a taxa geométrica de crescimento anual no período de 1970-1980 foi de 5,78%, o que representava o maior índice dentre as regiões metropolitanas brasileiras. Esta dinâmica de crescimento, em parte representada pelo êxodo rural e a emigração de pequenas cidades, demonstrou um ciclo de urbanização crescente e contínua. As transformações da realidade curitibana neste período são marcantes também na formação de uma cultura metropolitana até então incipiente. Entre 1980 e 1991, a taxa geométrica de crescimento anual diminuiu para 2,99%, ficando, porém, acima da média brasileira.

A cultura metropolitana de Curitiba conjuga uma cultura religiosa tradicional de origem rural e uma cultura religiosa urbana plural, pluralismo este expresso de um lado pela diversidade da cultura imigrante e de outro pela articulação entre o plano local e o global.

GRÁFICO 2 - PROPORÇÃO DA PERTENÇA RELIGIOSA EM CURITIBA (1940-1991)



FONTE: IBGE 1940-1991

¹ O uso do termo hierofania na perspectiva de ELIADE (1995) refere-se à manifestação do sagrado que enseja uma experiência religiosa primária por meio da revelação de uma realidade de caráter absoluto. A manifestação do sagrado funda ontologicamente o mundo. Uma derivação conceitual é o logismo hierópolis, especialmente referindo-se às Cidades-Santuários, a exemplo de Aparecida do Norte no Brasil.

As territorialidades do sagrado que diacronicamente se sobrepõem na realidade urbana, também se fracionam. A década de 1990 revela esta intensa multiplicidade de territorialidades do sagrado, todavia de modo mais flexível, mais efêmero e condicionado às vicissitudes de curto prazo. Esta dinâmica de territorialidades revela a suscetibilidade de padrões religiosos locais que interagem com os globais, motivando novas representações religiosas e, por conseguinte, novos espaços de representação. Estes espaços se configuram a partir da externalização simbólica de religiões diferentes em um mesmo contexto territorial. Esta articulação entre o global e o local subverte as relações entre símbolos religiosos tradicionais e territórios específicos, estabelecendo novos códigos religiosos.

A composição da identidade religiosa em Curitiba (gráfico 2) reproduz uma tendência já verificada em outras cidades brasileiras, destacando-se o avanço de igrejas cristãs não-católicas, com relevância mais recente para movimentos religiosos de caráter pentecostal, em relação ao domínio católico. Conjugados nas duas vertentes do Pentecostalismo e Neopentecostalismo com seu proselitismo agressivo e o acesso aos meios de comunicação em massa, perfazem um quadro de curta duração em Curitiba, para uma avaliação histórica mais precisa. Representam uma temporalidade diferenciada em relação à da Igreja Católica Romana, cujas atitudes institucionais expressam estratégias de manutenção e inculturação religiosa de longa duração. A flexibilidade da estruturação socioespacial das igrejas Pentecostais e Neopentecostais contrasta com a rigidez estrutural da espacialidade católica.

Outro aspecto observado é a manutenção estável do Espiritismo Kardecista e de Religiões de matriz africana, todavia com uma identidade mais definida, migrando de um vasto sincretismo para um sentimento de pertença específico. Finalmente, há o crescimento proporcional do secularismo e expressões de ateísmo e agnosticismo.

ESTRUTURA DA TERRITORIALIDADE CATÓLICA EM CURITIBA (PR)

O período de 1970 a 1996 representa uma acomodação por parte da estrutura da territorialidade católica em Curitiba em relação às diretrizes do Vaticano II via interpretação da CNBB. Sob este aspecto, a dinâmica da arquidiocese de Curitiba demonstra-se mais conservadora, no sentido estrito de uma articulação a um conjunto de circunstâncias concretas pós-concílio presentes na realidade brasileira. Trata-se de uma mentalidade objetivada de circunstâncias regionais específi-

cas diante das recentes transformações do discurso da Igreja universal pós Concílio Vaticano II.

A Igreja hierárquica de Curitiba foi organizada territorialmente a partir da criação da diocese de Curitiba em 27 de abril de 1892. Sua criação pela bula *Ad Universas Orbis Ecclesias* de Leão XIII colocava a diocese como sufragânea da Sé Metropolitana do Rio de Janeiro e, de 1908 a 1926, da arquidiocese de São Paulo. O território desta circunscrição eclesiástica compreendia a totalidade dos estados do Paraná e Santa Catarina.

A condição de Arquidiocese estrutura-se a partir da bula *Quum in Dies* de Pio XI, em 10 de maio de 1926. As dioceses de Ponta Grossa e Jacarezinho e a Prelazia de Foz do Iguaçu formam juntamente com a Arquidiocese de Curitiba a Província Eclesiástica do Paraná. Em 9 de dezembro de 1933 foi criada a Prelazia de Palmas, e em fevereiro de 1956 as dioceses de Londrina e Maringá foram desmembradas da diocese de Jacarezinho.

A diocese, e depois arquidiocese de Curitiba no período anterior ao impacto do Concílio Vaticano II, teve as seguintes administrações:

- de Dom José de Camargo Barros como bispo de diocese de 1894 a 1904;
- de Dom Duarte Leopoldo e Silva como bispo de diocese de 1904 a 1907;
- de Dom João Francisco Braga como bispo de diocese de 1908 a 1926 e de 1926 a 1935 já como primeiro arcebispo;
- de Dom Ático Eusébio da Rocha de 1936 a 1950;
- de Dom Manuel da Silveira D'Elboux de 1950 a 1970.
- Em 28 de fevereiro de 1971 assume o arcebispo atual Dom Pedro Antônio Marchetti Fedalto.

Instituída a Diocese, depois Arquidiocese de Curitiba, houve uma progressiva vinda de ordens e congregações religiosas católicas para a região. O estabelecimento de ordens e congregações religiosas católicas constitui parte significativa da estruturação da territorialidade católica local. As ordens e congregações religiosas, quarenta e nove masculinas e setenta e quatro femininas, constituem o quadro de referência da prática institucional da Igreja em vários campos de ordem social e política. O símbolo marcante da atuação delas revela-se tanto no trabalho efetivamente assistencial como, em especial, na área da educação.

A organização territorial da Igreja Católica no Paraná apresenta a conformação recente a partir do fracionamento territorial da antiga Arquidiocese de

Curitiba, com outras três Arquidioceses mais recentes formando uma nova divisão regional. Sendo assim, o Paraná possui quatro províncias eclesiais estruturadas recentemente a partir da década de 1970, com a criação da província eclesial de Londrina, e em 1979 com as províncias eclesiais de Maringá e Cascavel (figura 1).

As emancipações destas três províncias e a autonomia em relação ao *metropolita* representam uma nova dinâmica de relações de poder no Paraná. A presença da Igreja no estado revela políticas eclesiais com matizes diferentes. Novas territorialidades católicas se configuram nas décadas de 1980 e 1990.

Todavia, por mais que a leitura das diretrizes da CNBB possa variar de acordo com a circunscrição eclesial, ela denota uma relação hierárquica dessas estruturas. A instância da CNBB se faz presente por meio do comando da Regional Sul II, que corresponde ao Paraná. O fortalecimento de uma identidade nacional da Igreja a partir da CNBB representa o contramovimento entre a autonomia da Igreja diocesana e a hierarquia da Igreja universal. Esta realidade passa a ser fundamental na administração das tensões regionais e na manutenção de políticas escalares.

A arquidiocese de Curitiba está, sob o ponto de vista administrativo da Cúria Metropolitana, dividida em paróquias consideradas como da capital, que inclui além do município de Curitiba, os municípios de Pinhais e Colombo, e as paróquias do interior, que correspondem aos outros municípios da circunscrição eclesial. Também deve ser levado em conta que há uma diferença nas estatísticas quando se referem aos dados posteriores a 1976, devido ao fato de que as paróquias dos municípios de São Mateus do Sul, Antônio Olinto e São João do Triunfo passaram para outra jurisdição diocesana com a criação da diocese de União da Vitória (figura 2).

O discurso de Dom Pedro Fedalto em sua homilia de posse em fevereiro de 1971 representava ainda a continuidade dos paradigmas da Igreja Diocesana na administração anterior de Dom Manuel da Silveira D'Elboux. De certo modo as diretrizes do Vaticano II têm um impacto tardio na mentalidade conservadora de Curitiba no início da década de 1970.

A homilia expressa em um primeiro momento a reafirmação de propósito, ou seja, a questão da legitimidade e missão do Bispo diante de sua circunscrição eclesial.

Em um segundo momento do discurso, apresenta legitimidade concedida pela hierarquia que se expressa pela relação entre clero, leigos engajados e fiéis de modo geral. O bispo assume seu compromisso de manutenção da identidade religiosa católica por meio da fé doutrinal e da prática sacramental. A fé sustentada no

fideicomisso da verdade religiosa coloca o bispo na condição de guia e justifica sua ação política e religiosa.

No terceiro momento do discurso, a ação do bispo reverte-se em missão, como mestre, evangelizador e principalmente como depositário da verdade religiosa e temporal. Quatro aspectos do discurso são sintomáticos na rede de relações históricas do momento:

- (i) O papel da religião como ordenadora social, garantindo segurança e tranquilidade.
- (ii) O discurso do novo papel do laicato, uma emergência do Vaticano II. Todavia, sofreu avanços sob o ponto de vista da ação social nos anos 1970-1980 e sofreu um refluxo conservador religioso no fim da década de 1980 e nos anos de 1990.
- (iii) A crítica da flexibilização litúrgica e a ameaça de dessacralização. Neste ponto houve a manutenção do rito e, por conseguinte, do controle sobre uma identidade católica projetada e institucional.
- (iv) O ecumenismo sob a ótica católica, que revela uma posição hegemônica da Igreja em relação a outras Igrejas cristãs, sendo uma nova dinâmica de relações de poder entre a Igreja Católica Romana e as Igrejas não-católicas.

"A eficácia das ações litúrgicas é dependente de ritos submetidos a experiência e a renovação frequentes. A eficácia depende somente de uma atenção aprofundada da Palavra de Deus e ao ministério sagrado, cuja presença é assegurada pela observação dos ritos da Igreja e não daqueles que o sacerdote fixa ao sabor de sua fantasia." (Anuário da Cúria Metropolitana, 1971, p. 32)

O rito não é só a expressão de uma identidade católica institucional, mas também uma base de sustentação do poder eclesial. A pressão da mobilidade de pertença religiosa em direção principalmente a Igrejas não-católicas, já identificada no início dos anos 1970, o pluralismo religioso e o afrouxamento da disciplina institucional da Igreja sentenciam a retomada dos fundamentos do catolicismo. Dentre as características que demonstram esta retração estão: a manutenção exclusiva dos textos bíblicos como base de reflexão religiosa; o cuidado com as vestes do sacerdócio e o reforço ao seu caráter simbólico de identidade do clero; a condenação de certos desvios do rito, como por exemplo a lembrança da proibição da leitura do evangelho no altar por mulheres; e a advertência sobre a proliferação de casamentos mistos de católicos com não-católicos.

FIGURA 1 – CIRCUNSCRIÇÃO ECLESIAÍTICA DO PARANÁ (1926-2000)



FIGURA 2 – FRAGMENTAÇÃO TERRITORIAL DA ARQUIDIOCESE DE CURITIBA (1926-2000)

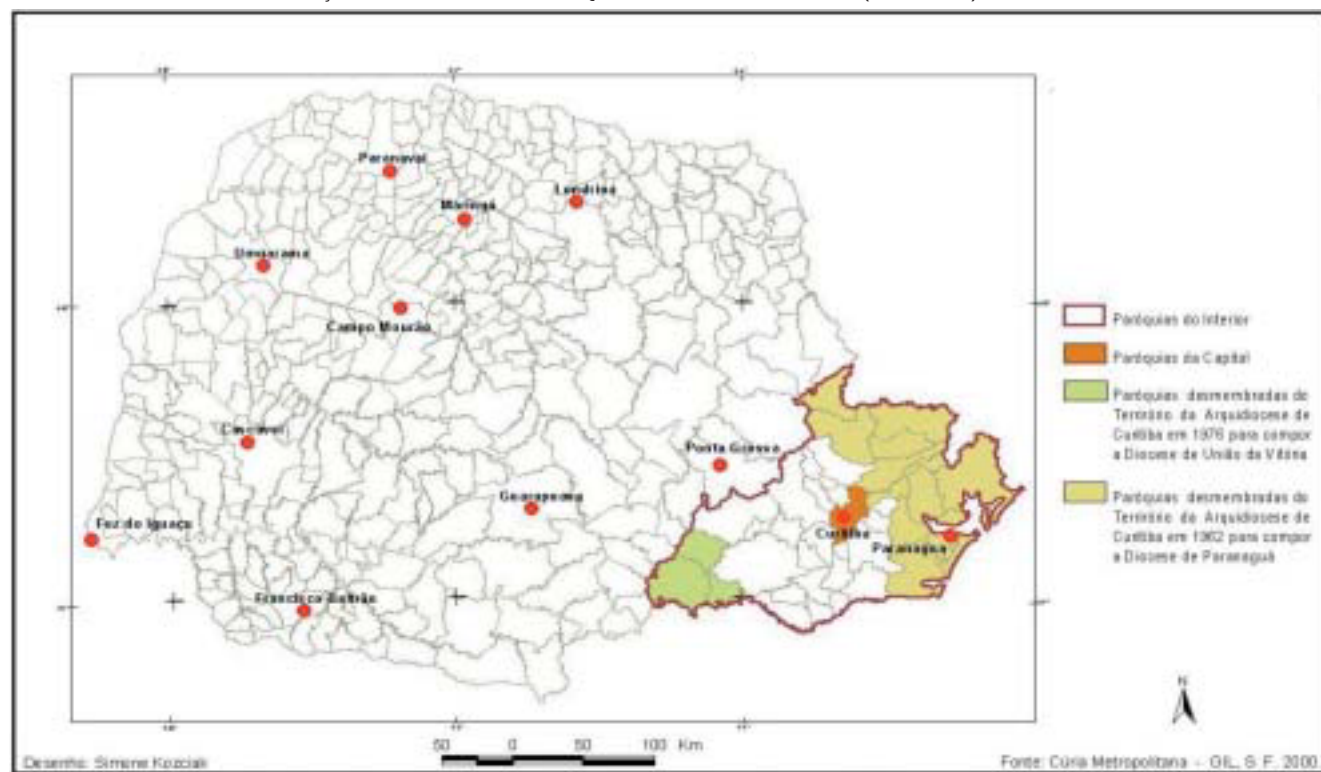
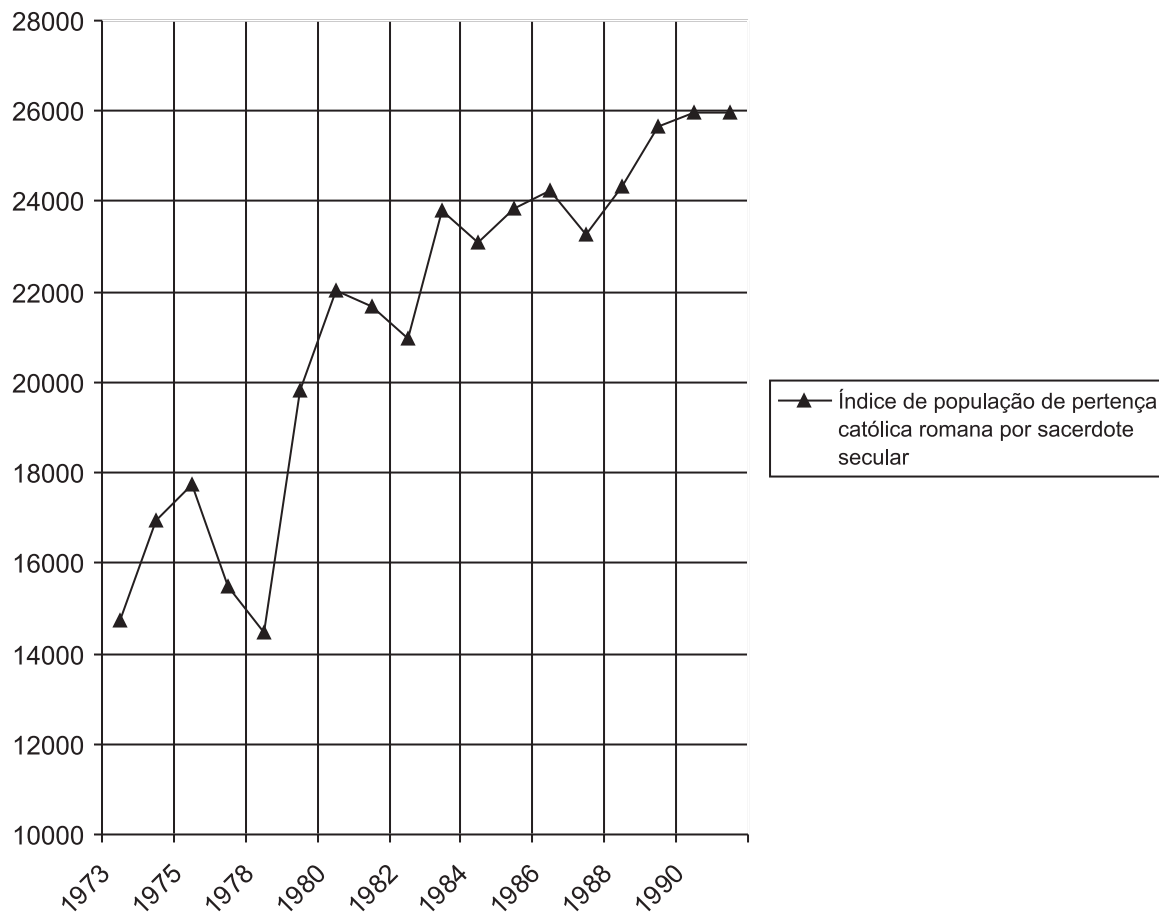


GRÁFICO 3 - RELAÇÃO ENTRE SACERDOTES SECULARES E POPULAÇÃO DE PERTENÇA CATÓLICA ROMANA EM CURITIBA (1973-1991)



FONTE: CÚRIA METROPOLITANA DE CURITIBA (1973-1991)

A Igreja católica em Curitiba revela na administração de Dom Pedro M. Fedalto, entre outros aspectos, tendências já apontadas na escala nacional. Dentre os elementos de controle institucional da Igreja, o sacerdote ocupa o centro da gestão institucional na sua relação hierárquica. Os fiéis muitas vezes apresentam-se autônomos a ele no que tange à prática de sua religiosidade, muito embora legitimem este poder.

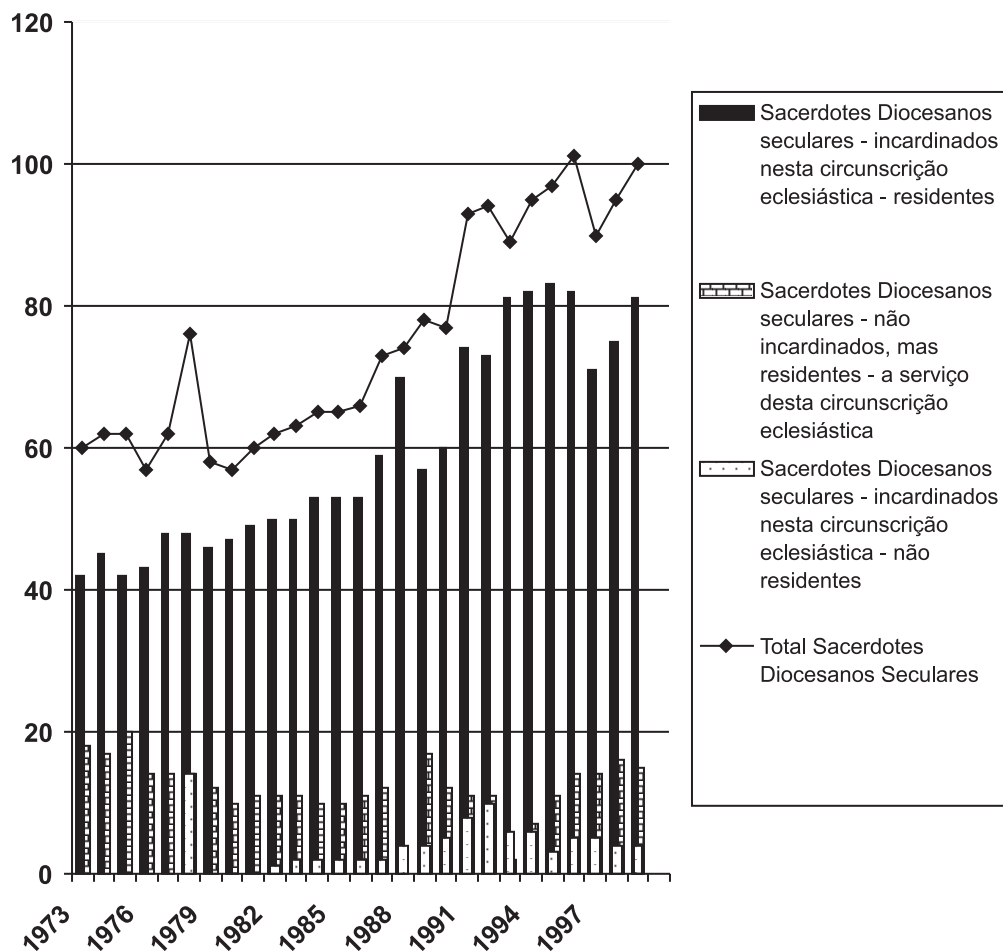
Todavia, a Igreja tenta institucionalizar estas práticas e submetê-las ao rito romano. O clero tem papel fundamental no exercício deste poder. A crise vocacional da Igreja revela-se quando se estabelece a relação entre o número de sacerdotes do clero secular e o número daqueles que se consideram católicos (gráfico 3).

O aumento do número da população de pertença católica em relação ao número do clero secular se apresenta mais intenso na década de 1980-1990, e mantém uma tendência constante até o fim dos anos 1990. Entretanto, a extensão desta crise deve ser relativizada. Não se trata apenas de uma questão relativa ao clero

profissional, mas também de uma catolicidade tradicional secularizada das classes médias urbanas pouco afeitas ao engajamento religioso.

Sob esta percepção, o ser católico tradicional em um ambiente urbano é muito mais uma simples prática cultural sacramental fragmentada do que propriamente uma ação religiosa comunitária. As tentativas de estruturas comunais mais participativas, como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), com seu auge na década de 1980, sucumbiram ao retorno da prática religiosa paroquial. Submetidas ao pároco, as CEBs retomam a lógica da territorialidade cristalizada da paróquia. A marginalização da teologia da libertação por parte da Santa Sé, que desautorizou sua interpretação de mundo, pressionou uma reordenação da política eclesial no Brasil. Até então, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), muito identificadas com a representação da libertação, sofreram um solapamento de suas perspectivas mais imediatas. A reestruturação das CEBs submeteu suas ações novamente a uma lógica mais conservadora.

GRÁFICO 4 - SACERDOTES DIOCESANOS SECULARES - ARQUIDIOCESE DE CURITIBA (1973-1999)



FONTE: CÚRIA METROPOLITANA DE CURITIBA (1973-1999)

A base de sustentação territorial da Igreja ainda é a paróquia. É nesta estrutura territorial que se realiza a Igreja e que as relações entre fiéis e o clero encontram sua consumação. É nesta dialética de atuação entre fiéis e clero que se configura a dinâmica social da territorialidade católica local.

A arquidiocese de Curitiba apresentou um crescimento relativo no número do clero diocesano secular entre sessenta e cem sacerdotes, em quase trinta anos (gráfico 4). Se remete-se ao crescimento da população, verifica-se uma proporcionalidade negativa. Há de se ressaltar que o número de católicos tem diminuído em relação ao número de não-católicos; todavia, tem crescido em números absolutos por causa do crescimento vegetativo da população.

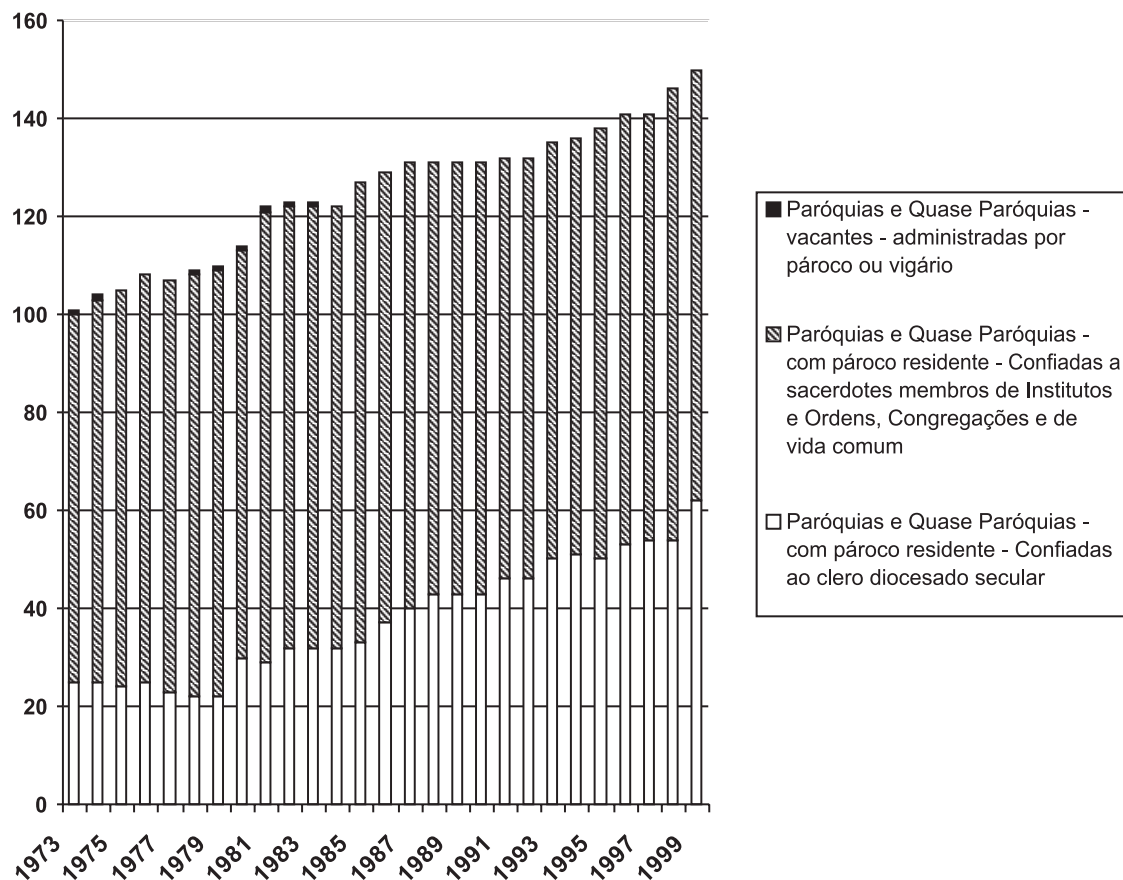
No caso de Curitiba, a Igreja relegou seu caráter missionário a um segundo plano. Sua ênfase na manutenção de uma territorialidade quase atávica revela-se

na cristalização da paróquia, muito mais como um marco cultural de catolicidade do que como um projeto de evangelização efetiva. É muito patente no discurso das autoridades eclesiais a reconstrução da lógica missionária da Igreja, muito mais no sentido de ensinar o catolicismo institucional ao catolicismo popular, com a intenção de uma reestruturação das práticas religiosas e políticas.

Assim, a paróquia se apresenta mais como uma estrutura administrativa cartorial do que como foco missionário e evangelizador. Este dilema é referendado por STRAGLIOTTO apud LONDOÑO (1997, p. 253):

"A paróquia é realidade mais jurídica do que mística. Acabou sendo uma sociedade de batizados, conscientes ou não de sua fé, que vivem em certo território, com uma série de deveres ou obrigações, que nem sempre entendem e aceitam. Mas, em geral, sujeitam-se a elas para conseguir certos benefícios ou para

GRÁFICO 5 - FRAGMENTAÇÃO TERRITORIAL DAS PARÓQUIAS - ARQUIDIOCESE DE CURITIBA (1973-1999)



FONTE: CÚRIA METROPOLITANA 1973-1999

satisfazer necessidades. À frente da paróquia está, ou deveria estar, um padre que tem todo o poder delegado pelo bispo"

A permanência de uma catolicidade tradicional reificada no senso comum, que se baseia na seleção de exterioridades da prática religiosa que se impõe aos demais, representa uma dualidade diante do fortalecimento da evangelização institucional da Igreja. A tradição que de um lado faz a manutenção de uma religiosidade hegemônica, de outro lado demonstra-se frágil diante de respostas imediatas aos renovados problemas do cotidiano. A territorialidade da paróquia é produto desta dualidade de representações. A paróquia é expressão díspar do retorno à institucionalidade de longa duração e à estrutura mais flexível que representavam as CEBs.

Todavia, é na fragmentação territorial das paróquias que reside a expansão da Igreja diocesana. A paróquia é a estrutura de base da territorialidade católica. Assim, reconhece-se que, diante do crescimento

vegetativo da população e da mobilidade da pertença religiosa em Curitiba, as forças conjuntas do clero e fiéis materializam-se na expansão do número de matrizes de paróquias.

A estrutura do templo é o ícone da presença institucional da Igreja e expressão de seu controle no espaço. Trata-se do espaço de representação em que a monumentalidade do templo é um componente indissociável da materialidade do sagrado e do poder da instituição religiosa. As matrizes das paróquias representam uma rede de poder simbólico da religião.

Com a ressalva da fragmentação da Arquidiocese de Curitiba em 1976, a evolução da fragmentação territorial das paróquias representa um crescimento pouco significativo. Na realidade, verificou-se uma presença cada vez maior do clero religioso na administração das paróquias, devido à carência do clero secular. A expansão do número de paróquias sob administração de Dom Pedro M. Fedalto de 1970 a 1990 foi de 82 para 131. Representa neste período de 20 anos um processo de fragmentação paroquial de 2,45 em média de

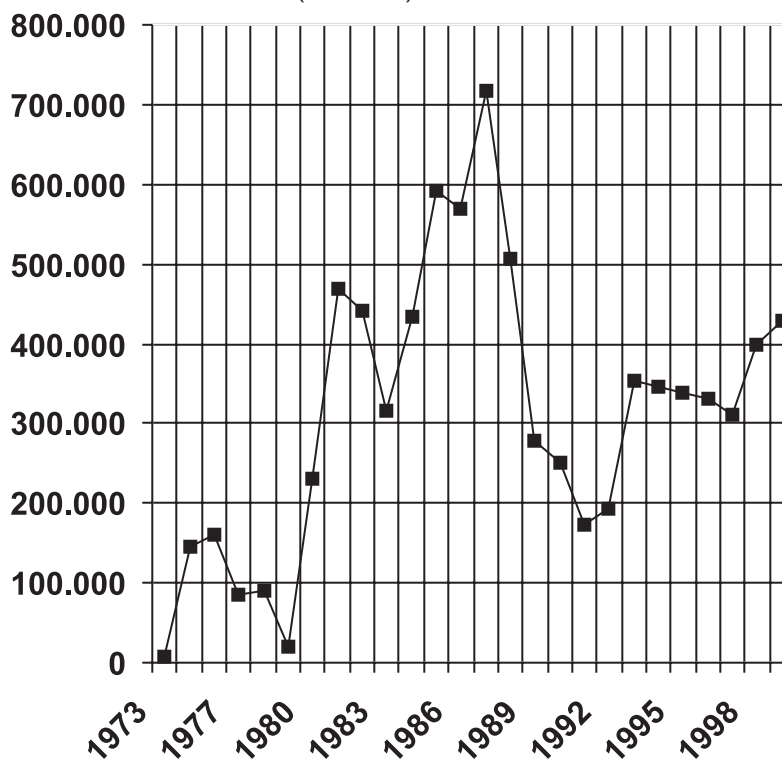
novas paróquias por ano, pouco superior à administração anterior, do período 1950-1970, que representava um índice de 2,15 por ano. No entanto, se for considerado o incremento populacional de Curitiba e o aumento do número de paróquias, havia uma relação de 16.153,8 habitantes por paróquia em 1950 e 11.858,9 habitantes por paróquia em 1970, para uma relação 16.641,2 habitantes por paróquia em 1990 e 17.706,6 habitantes em 2000 por paróquia.² Praticamente, a fragmentação territorial das paróquias obedece a uma tendência de crescimento regular (gráfico 5). A consolidação deste perfil confirma o pressuposto da política de manutenção institucional da Igreja em Curitiba no que tange à rede de paróquias, marca de que os impactos do crescimento populacional e a mobilidade religiosa para outras Igrejas e Religiões foram assimilados simbolicamente. Mesmo que a vitalidade e mobilização dos fiéis nas paróquias possam variar sensivelmente em

relação a Igrejas cristãs não-católicas que representam uma lógica de curta duração, ainda não demonstram fissuras na hegemonia católica em Curitiba.

O presente diagnóstico sobre expansão do número de paróquias em Curitiba revela muito mais um acompanhamento do processo de urbanização da cidade, sendo assim, a organização de paróquias obedece muito mais a uma interação de comunidades urbanas e do local de culto do que propriamente a um caráter de expansão missionária.

Partindo do centro histórico de Curitiba, da Praça Tiradentes e Largo da Ordem, com a presença da Catedral e as Igrejas Reitoriais, vê-se que estas obedecem a uma expansão do número de matrizes, acompanhada da expansão da malha urbana. Não há um processo multiplicador, mas há a confirmação da ereção de matrizes paroquiais a partir do estabelecimento de comunidades urbanas periféricas. Estes marcos da

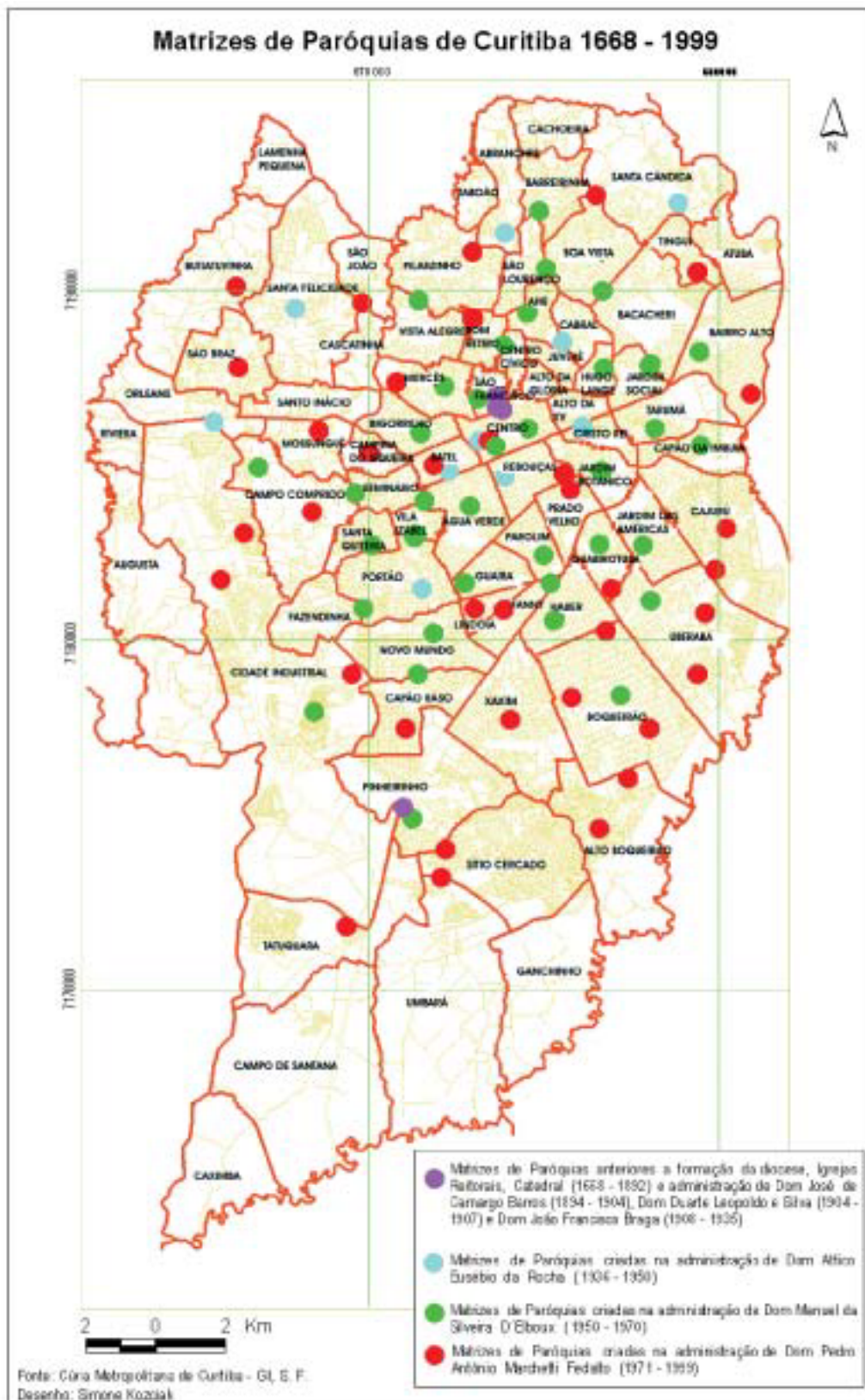
GRÁFICO 6 - PESSOAS ASSISTIDAS EM INSTITUIÇÕES DE CARIDADE CONTROLADAS POR RELIGIOSOS CATÓLICOS NA ARQUIDIOCESE DE CURITIBA (1973-1999)



FONTE: CÚRIA METROPOLITANA DE CURITIBA, 1973-1999.

² Estatísticas presentes no documento mimeografado de síntese histórica da Igreja no Paraná e em Curitiba, da Cúria Metropolitana de Curitiba, 2000.

FIGURA 3 – MATRIZES DE PARÓQUIAS DE CURITIBA (1668-1999)



territorialidade católica apresentam uma expansão ordenada e pretérita, própria da situação de instituição religiosa hegemônica (figura 3).

A consolidação das estruturas da territorialidade católica em Curitiba remete-se muito mais à administração de Dom Manuel da Silveira D'Elboux. (1950-1970). A expansão paroquial é uma faceta de sua política. Todavia, a expansão da Universidade Católica, o apoio ao estabelecimento crescente de Colégios Católicos e o estabelecimento de instituições de caridade significativas no período reforçam a tese de que os marcos de controle e poder hierárquico da Igreja atingem o seu auge.

O período pós Vaticano II, sob administração de Dom Pedro M. Fedalto, representa a manutenção da ordem anteriormente edificada, com certa retração em algumas áreas de atuação da Igreja, como as instituições ligadas à ação social, principalmente na década de 1990.

Os dados coletados na Cúria Metropolitana de 1973 a 1999 apresentam algumas discrepâncias interessantes. Primeiramente, a diferença acentuada dos dados do início dos anos 1980, que coincide com a visita a Curitiba do papa João Paulo II. Depois, os dados do fim dos anos 1980, com o pico de pessoas assistidas pelas instituições assistenciais em 1987 (gráfico 6). Reservadas as possíveis mudanças de critérios dos relatórios, pode-se verificar a retração da década de 1990. Muitos dos estabelecimentos administrados por religiosos passaram para a administração leiga, sendo que para efeito estatístico a atuação de religiosos foi computada, mesmo em áreas fora do controle total da Igreja.

Na área assistencial, poucas instituições sob controle majoritário da Igreja Diocesana ainda permanecem, como o Pequeno Cotelengo do Paraná, Lar dos Meninos São Luiz, Casa dos Pobres São João Batista e o Patronato Santo Antônio.

Uma atenção em áreas mais rentáveis de atuação social é verificada. O controle de ordens religiosas sobre patrimônios ligados à educação voltada às classes médias urbanas e elites se manifesta sobre as estruturas de instituições de ensino pago (gráfico 7).

De certo modo, a lógica educação-empresa revela circunstâncias próprias da ordem atual. Esta é a dinâmica de um novo espaço de representação mais secular, mais afeita às escalas do capital e principalmente a uma maior separação entre Estado e Igreja.

Esta tendência marcada está presente em várias instituições religiosas, não somente católicas. A questão que se coloca neste caso é: até que ponto a atuação econômica das instituições religiosas pressupõe um distanciamento do sagrado e uma secularização crescente?

Ao encontro desta questão podemos inferir que existe uma autodefinição institucional no que diz respei-

to à sua atuação, à sua vontade, ao seu discurso e aos seus parâmetros de legitimação.

Por outro lado, há uma representação social correspondente à atuação de indivíduos num determinado momento em determinado espaço geográfico. Esta realidade liga-se a uma noção de totalidade e coerência representada pelo discurso do sagrado. Edifica-se, assim, a imagem de controle absoluto sobre o destino da ação institucional.

A parceria e a iniciativa como empresa de várias Ordens Religiosas Católicas no que diz respeito às instituições de ensino referendaram uma nova fase gestada na década 1970 e que atingiu o auge na década de 1990. A Igreja em Curitiba, pouco a pouco, fica mais indiretamente ligada às instituições puramente assistenciais e sociais, e mais diretamente ligada a áreas de atuação educacionais rentáveis. Na medida em que a iniciativa assistencial passa paulatinamente aos auspícios do Estado, constrói-se um novo arranjo de relação Igreja - Estado.

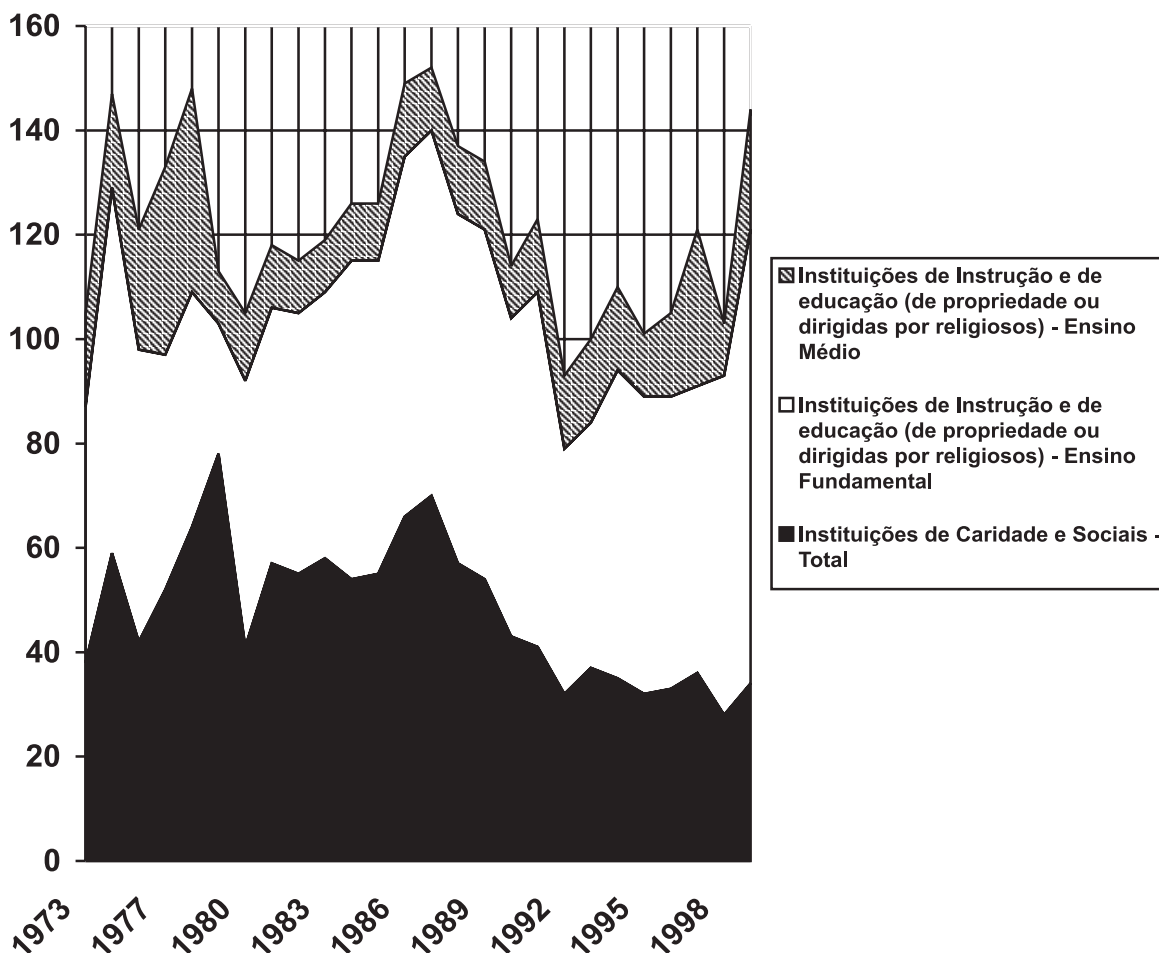
Este contexto recente demonstra um processo de secularização da prática caritativa local. Todavia, esta realidade não representa uma saída da Igreja deste campo específico, mas uma ação mais indireta por meio das pastorais sociais.

Existe uma diferença sutil entre a atividade puramente assistencial e as ações sociais. Conceitualmente, no presente ensaio, reconhece-se que a atividade assistencial é base de uma atitude consagrada na prática cristã; aponta uma justificação doutrinal, e como representação possui também uma faceta institucional. Esta faceta revela-se a partir do controle e manutenção de organizações assistenciais de modo geral. Por outro lado, as ações sociais demonstram, em seu bojo, um caráter mais atinente às transformações estruturais da sociedade. Sob este aspecto, o caráter político-temporal destas ações se destaca.

Neste âmbito, não existe uma essência material dos problemas sociais além de suas conseqüências. As injustiças sociais, sob esta ótica, são elas próprias significante e significado, ou seja, a coleção das mazelas sociais representa a própria condição de injustiça. Embora superficial, esta assertiva é plenamente justificável sob o prisma do assistencialismo.

Entretanto, a condição de injustiça social é muito mais ampla, pois podem-se setorizar seus elementos e avaliar suas conseqüências. Assim, as mazelas sociais no dizer do mundo sacralizado não são sintomas supremos do fenômeno de injustiça social, mas se opõem à ordem transcendente da moral religiosa. Quando a Igreja desenvolve a sua ação social, esta legitima-se perante o discurso religioso procurando confrontar a injustiça social em bases da ordem transcendente da moral religiosa.

GRÁFICO 7 - INSTITUIÇÕES CONTROLADAS POR RELIGIOSOS NA ARQUIDIOCESE DE CURITIBA (1973-1999)



FONTE: CÚRIA METROPOLITANA DE CURITIBA, 1973-1999.

Como estrutura da territorialidade católica, as instituições assistenciais e educacionais configuram espaços de representação com nuances diferenciadas. As de caráter assistencial justificam o discurso religioso, e as de caráter educacional expressam parâmetros de controle e manutenção do poder institucional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente ensaio partiu da percepção das transformações da hegemonia católica no Brasil, no que tange a articulação com a escala local de Curitiba, pós-Concílio Vaticano II (1962-1965), a partir do discurso oficial da Igreja e de suas formas de apropriação material e simbólica na constituição de uma determinada territorialidade do sagrado.

A Igreja Católica Romana circunscrita pelos limites estabelecidos pelo discurso institucional realiza a

manipulação da sua própria expressão concreta por meio da ação dos atores sociais em sua representação de poder. O clero é a equipe articulada que mediante o discurso religioso constitui um consenso operacional da expressão religiosa da Igreja. A interação entre a hierarquia da Igreja e os crentes se dá de forma tácita a partir de uma convenção, mantida não só no rito como também no cotidiano.

Esta relação de poder se faz como representação social e constitui a territorialidade católica. Estes aspectos são, portanto, o quadro de referência peculiar à dinâmica histórica que sustenta uma determinada teia de relações projetadas para o futuro.

O tratamento das fontes relativas à Arquidiocese de Curitiba, com seu perfil tradicional, permitiu a objetivação desta análise em relação às formas de apropriação e prática dos discursos de outras instâncias de poder da Igreja Católica.

As novas relações estabelecidas pouco a pouco galvanizam uma série de tensões endógenas e exógenas da Igreja, sendo a primeira no plano hierárquico e regional, e a segunda, com maior propriedade, no plano dos limites do pluralismo religioso. Estes aspectos constituem a base da territorialidade católica, pois denotam uma gama de relações de poder político e simbólico da instituição Igreja.

Sob este contexto considera-se:

- (i) Na década de 1990, sob impacto da consolidação do avanço neopentecostal, a postura da Igreja Católica caracteriza-se pela manutenção de seu poder simbólico e pela intervenção no corpo dos crentes, refletidas no discurso mais conservador da hierarquia da Igreja.
- (ii) A fragmentação territorial da Igreja no Brasil pós-Concílio Vaticano II, a partir da multiplicação das dioceses e paróquias de modo contraditório, evidenciou o esvaziamento do poder regional dos bispos e explicitou a escassez de sacerdotes.
- (iii) A relativização, nos anos 1990, do monopólio do sagrado representado pela hegemonia do catolicismo no Brasil estabelece uma situação de crise da identidade católica.
- (iv) Em relação à Igreja local de Curitiba, a paróquia como estrutura de base da territorialidade católica teve dificuldades em libertar-se da sua imagem cartorial e pouco flexível. Nas décadas de 1970 e 1980, em decorrência do surgimento das Comunidades Eclesiais de Base, a paróquia experimentou certa vitalidade social, mas se retraiu na década de 1990. No contexto do

impacto da pluralidade religiosa urbana, a hegemonia da Igreja foi relativizada e a estrutura por demais cristalizada da paróquia sofreu certa paralisia.

- (v) Na escala da Igreja Local de Curitiba, a escola como estrutura de base da territorialidade católica representa uma faceta importante das relações de poder que a Igreja estabelece com a sociedade. Nas décadas de 1980 e 1990, o processo de secularização do ensino e a transformação deste em prática empresarial estabeleceram um reordenamento da prática educacional católica.
- (vi) O meio urbano no Brasil é o palco por excelência da diversidade de territorialidades do sagrado. No contexto local de Curitiba há uma multiplicidade de territorialidades locais sobrepostas, decorrente da mobilidade da identidade religiosa e das disputas de domínio simbólico das diversas instituições religiosas.

O avanço pentecostal e neopentecostal em detrimento da população católica se configura como um ponto crítico. Os resultados preliminares do Censo Demográfico de 2000 sobre a relação de pertença religiosa no Brasil, divulgados recentemente pelo IBGE, indicam a consolidação das tendências transformadoras na territorialidade do sagrado que o contexto regional já demonstrava. No Brasil, os católicos representam 73,06% e os evangélicos 15,41%, sendo que desses últimos, 67,6 % são pentecostais e neopentecostais.

Neste sentido, a reestruturação da territorialidade católica é inexorável e abre perspectivas para análises futuras.

REFERÊNCIAS

- ALBERIGO, G. *A Igreja na história*. São Paulo: Paulinas, 1999.
- _____. (Org.). *História dos Concílios Ecumênicos*. São Paulo: Paulus, 1995. p. 393-442.
- ANTONIAZZI, A.; CALIMAN, C. *A presença da Igreja na cidade*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- ARAÚJO, J. C. *Igreja Católica no Brasil* – um estudo de mentalidade ideológica. São Paulo: Paulinas, 1986.
- BECKFORD, J. A. *New religious movements and rapid social change*. Bristol: Sage/Unesco, 1986.
- BEOZZO, J. O. *A Igreja do Brasil* – De João XXIII a João Paulo II de Medellín a Santo Domingo. Petrópolis: Vozes, 1996.
- BERGER, P. L. *Rumor de anjos: A sociedade moderna e a redescoberta do sobrenatural*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BETTANINI, T. *Espaço e Ciências Humanas*. Tradução: L. Laganá Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- CAMARGO, C. P. F. *Católicos, protestantes, espíritas*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- CAMPOS JR, L. de C. *Pentecostalismo*. São Paulo: Ática, 1995.

CNBB. *Código de Direito Canônico* – Codex Iuris Canonici. São Paulo: Paulinas, 2000. 1 CD-ROM.

_____. *Documentos da CNBB*. São Paulo: Paulinas, 1999. 1 CD-ROM.

ELIADE, M. *O sagrado e o profano: A essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

GIL FILHO, S. F. Espaço de representação e territorialidade do sagrado: Notas para uma teoria do fato religioso. *Ra'e Ga: o espaço geográfico em análise*, Curitiba: UFPR, v. 3, n. 3, p. 91-120, 1999.

_____; GIL, A. H. C. F. Identidade religiosa e territorialidade do sagrado: Notas para uma teoria do fato religioso. In: ROSENDAHL, Z.; CORREA, R. L. (Orgs.). *Religião, identidade e território*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001.

_____. Por uma geografia do sagrado. In: MENDONÇA, F.; KOEZEL, S. (Orgs.). *Elementos de epistemologia da Geografia Contemporânea*, Curitiba: UFPR, 2002.

GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH. (Orgs.). *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 1998.

LIBÂNIO, J. B. Anos 80 – Igreja Católica – Inverno da Igreja. *Tempo e presença*, Rio de Janeiro: CEDI, ano 12, n. 249, jan./fev. 1990.

LONDOÑO, F. T. (Org.). *Paróquia e comunidade no Brasil, perspectiva histórica*. São Paulo: Paulus, 1997.

MENOZZI, D. *A Igreja Católica e a secularização*. São Paulo: Paulinas, 1998.

OLIVEIRA, P. A. R. de. *Religião e dominação de classe: Gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1985.

ORO, A. P. *Avanço pentecostal e reação católica*. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. *Dicotomias religiosas* – Ensaio de sociologia da religião. Petrópolis: Vozes, 1997.

SERVUS MARIAE. *Para entender a Igreja no Brasil – A caminhada que culminou no Vaticano II (1930-1968)*. Petrópolis: Vozes, 1994.

TUAN, Y. F. *Topofilia: Um estudo da percepção, atitudes e valores de meio ambiente*. Tradução: Lívia de Oliveira, São Paulo: Difel/Difusão Editorial S/A, 1980.

WEBER, M. *The sociology of religion*. Boston: Beacon Press, 1993.